

# Processos espaciais: descentralização da área central e da cidade e a segregação da favela e da cidade

Lunalva Moura Schwenk\* e Carla Bernadete Madureira Cruz

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. \*Autor para correspondência. \*Autor para correspondência. e-mail: lunalvaschwenk104@hotmail.com

**RESUMO.** Este artigo analisa os processos espaciais de descentralização e de segregação em uma cidade hipotética, investigando-se no primeiro processo, a área central e no segundo, a favela. O objetivo do estudo é uma tentativa de mostrar as tendências e a forma como esses processos se apresentam em recortes ou escalas diferenciadas, contendo uma discussão teórica da cidade virtual com base ou com referências às características de cidades que existem de fato. Observa-se que em escalas diferentes, os processos espaciais apresentam comportamentos e respostas distintas com novos conteúdos.

**Palavras-chave:** descentralização, segregação, cidade, favela, área central.

**ABSTRACT. Spatial processes: downtown decentralization and segregation between the slum and the city.** This article analyses the spatial processes of decentralization and segregation in a hypothetical city. The central area is analyzed in the former process and the slums in the latter one. Research attempts to show the tendencies and the way these processes are presented in segments or different scales, with a theoretical discussion on the virtual city based on the characteristics of real cities. Results pointed out that, in different scales, the spatial processes present distinct behavior and different answers with new contents.

**Key words:** decentralization, segregation, city, slums, central area.

## Introdução

Serão discutidos nesta análise os processos espaciais de descentralização e de segregação, envolvendo, hipoteticamente, no primeiro a área central principal e o restante da cidade como um todo e, no segundo, a favela e a cidade. A área central e a favela apresentam-se em escalas menores, enquanto a cidade, em escala maior. Entre os autores que formularam a utilidade teórica e prática dessa metodologia na qual se baseia essa discussão estão: McKenzie, (1974); Castell (1976); Rodriguês (1988); Corrêa (1989); Moore e Smelser (1996), Magalhães (1996) e Lago (2000).

Cada uma dessas escalas representadas em um espaço de forma geométrica e de tamanho diferenciado, exprime as relações que as sociedades mantêm com essa forma e, conseqüentemente, os processos espaciais manifestam-se também de forma diferenciada com outros conteúdos. Neste sentido, Castro (1995) afirma que as coisas mudam com o tamanho e novos conteúdos são encontrados nas novas dimensões.

Para Racine, *et al.* (1983), a natureza dos fenômenos distribuídos se altera, de acordo com a escala de observação e apontam a questão da previsibilidade das modificações na natureza ou nas medidas de dispersão, quando se passa de uma escala

à outra, ou seja, há variação de atributos dos fenômenos da grande e pequena escala. Assim, na pequena escala há a tendência para a homogeneidade dos fenômenos, enquanto na grande escala há a tendência para a heterogeneidade.

Portanto, a área central e a favela, geograficamente de dimensões menores, têm tendência a detalhamentos na manifestação dos processos espaciais envolvidos, apresentando-se de forma mais heterogênea em comparação com a cidade, que se mostra de forma mais generalizada, embora com número maior de acontecimentos. Desta forma, os processos espaciais analisados de acordo com os recortes, apresentam variações nos comportamentos e uma mudança no nível de análise, além da inclusão de outros processos. Assim, pode-se concordar com Ulmo *apud* Castro (1995), quando afirma que um mesmo fenômeno mostrará aspectos diferenciados, ao serem observados por instrumentos e escalas diferentes.

Ao trabalhar com a noção de escalas de urbanização, na qual estão intrínsecos os processos espaciais, Harvey *apud* Castro (1995) observou a urbanização como um fenômeno que adquire características particulares com a mudança da escala, sendo que cada escala representou uma face particular do processo, um conjunto de características intrínsecas do fenômeno observado em suas múltiplas

dimensões e expressões espaciais. Deste modo, a escala foi objetivada mediante a visibilidade de partes do real, representantes de estruturas que se diferenciam de acordo com o ponto de vista do observador.

Os processos espaciais de descentralização e de segregação foram escolhidos por serem processos arraigados na urbanização, objetivando uma tentativa de mostrar as tendências e a forma como esses processos se apresentam nos respectivos recortes ou escalas escolhidos. Como diz Castro (1995, p. 127), "a escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado".

### **O processo espacial de descentralização: a área central e a cidade**

A área central possui a maior concentração de atividades econômicas e de serviços. De acordo com Corrêa (1989), é constituída por um núcleo, em que predomina o uso intensivo do solo e por uma zona periférica ao centro de uso semi-intensivo. Devido a essa concentração, há uma competição pelo espaço, apresentando, conseqüentemente, elevação dos preços das terras, dos impostos e aluguéis e deseconomias de aglomeração. As firmas, empresas e atividades que não conseguem se manter e pagar pelo alto preço da terra, deslocam-se ou descentralizam-se.

Por outro lado, aparecem os camelôs ou os vendedores ambulantes, que se utilizam das calçadas ou abrigos de edifícios competindo com o comércio local que, por sua vez, briga para expulsá-los da área central. A população de baixa renda que não consegue manter moradia nessa área busca fixar-se na periferia da cidade, se deslocando para a área central apenas para trabalhar e realizar outras necessidades. De outro modo, se instala no setor residencial, caracterizado por residências populares e de baixa classe média (muitas dessas deterioradas) e nos cortiços, em torno do núcleo central, implicando no processo de segregação. No entanto, os prédios deteriorados são freqüentemente, substituídos por edifícios de residências ou pelo comércio, constituindo o principal foco da política da renovação urbana. Esse aspecto implica no processo de segregação. A tendência, contudo, nessa área, é de que as residências da classe de maior renda se desloquem para outras partes da área urbana.

A área central, apontada por Hortwood e Boyce *apud* Corrêa (1989) como uma área de foco de transportes intra-urbanos e intra-regionais, devido à localização dos terminais ferroviários e rodoviários, ou zona de cais, quanto se trata de cidade portuária, apresenta alto congestionamento e alto custo do

sistema de transporte e comunicações, resultando em um gasto maior de tempo na movimentação e circulação. De acordo com Colby (1933), isso dificulta e onera as interações entre firmas que, para solucionarem o problema, deslocam-se para fora dessa área. Por outro lado, o setor industrial de transporte tem interesse em manter e ampliar este setor, facilitando o deslocamento de indivíduos dessa área para o restante da cidade e vice-versa. O próprio desenvolvimento de meios de transporte mais flexíveis, como automóveis, ônibus e caminhões, viabiliza o deslocamento da área central, implicando em uma diminuição da acessibilidade dessa área e em um aumento relativo da acessibilidade de outros locais.

A descentralização industrial teve início nos primórdios do século XX, principalmente por aquelas indústrias em crescimento, devido às deseconomias externas da área central ou à introdução de novas técnicas produtivas e ao aumento da escala de produção, já que necessitavam de terrenos maiores para ampliação. Entretanto, a dificuldade de obtenção desses terrenos na área central torna impraticável para muitas indústrias, a permanência e a localização nessa área, culminando com seu deslocamento para a periferia ou outras partes da cidade. As indústrias poluentes são também, aquelas que forçosamente, necessitam se deslocar para a periferia. Assim, esses estabelecimentos na área central são vendidos por alto preço, garantindo lucro, sendo substituídos por edifícios comerciais ou residenciais. Apenas suas sedes sociais ou administrativas permanecem na área central.

Por outro lado, as indústrias e empresas que se instalaram diretamente na área externa à área central da cidade e em outras regiões ou que criaram cadeias de lojas diversas, atuando em toda a cidade, como supermercados, drogarias, eletrodomésticos etc., têm igualmente suas sedes sociais ou escritórios regionais localizados na área central. Desta forma, as indústrias tendem a se descentralizar, enquanto as atividades de negócios tendem a se estabelecer e se concentrar na área central (Corrêa, 1989; Moore e Smelser, 1996).

Na mesma situação, estão as atividades terciárias que para atenderem à demanda fora da área central, vão, paulatinamente, deslocando-se, a começar por aquelas que atendem a demanda mais freqüente. Verifica-se que a tendência da área central é de sua redefinição funcional, principalmente no núcleo, onde está o foco das principais atividades de gestão, escritórios e de serviços especializados, enquanto o comércio varejista e determinados serviços se descentralizam.

No entanto, nem todas as indústrias se deslocam. Algumas permanecem centralmente localizadas, principalmente as pequenas, que consomem pouco espaço e têm como mercado a área central ou toda a

cidade, com capacidade de suportar os elevados preços pelos imóveis (muitos desses adaptados) que ocupam (Pred *apud* Corrêa, 1989). Tais indústrias se beneficiam das externalidades, uma vez que se encontram próximas de terminais de transportes, depósitos, comércio atacadista e das atividades do núcleo central.

Nas cidades portuárias, as indústrias, incluindo as de grande porte, encontram-se na zona periférica do centro e dependem fortemente dos transportes principalmente, em relação às matérias-primas importadas.

Para Colby (1933), as restrições legais, implicando a ausência de controle do espaço que limita a ação das firmas e a ausência ou perda de amenidades, são também motivos que levam ao deslocamento dos indivíduos, das instituições e de tipos de usos da terra para fora da área central.

Enfim, a descentralização da área central varia em função dos tipos de atividades realizadas na mesma e de suas tendências à descentralização e do tempo em seqüência que essas levam para descentralizar, pela divisão territorial do trabalho e pela procura por outros setores da cidade (Corrêa, 1997).

O deslocamento de indivíduos na área central, especialmente no núcleo, se manifesta no período diurno, sobretudo o de pedestres, que se concentram durante as horas de trabalho. À noite esse deslocamento é direcionado para fora dessa área fazendo com que o núcleo se torne deserto. Esse aspecto do deslocamento está descrito por Moore e Smelser (1996) como processo de rotina. O fato de a periferia do centro possuir preços do solo menos elevados que do núcleo, levam algumas atividades e uso do solo a se deslocarem do núcleo para esse setor. Dessa forma, essas atividades estão fortemente vinculadas ao núcleo e a toda a cidade, beneficiando-se da acessibilidade que o conjunto da área central desfruta.

Já o processo espacial de descentralização para o restante da cidade se dá pelas atrações existentes ou planejadas e sua complexidade será maior, quanto maior for a dimensão urbana, podendo variar em razão das peculiaridades do sítio urbano, do sistema de transporte, das funções urbanas e do nível de renda da população.

Ao contrário da área central conforme Colby (1933) e Corrêa (1989), essa área urbana apresenta terras desocupadas e com preços baixos, assim como os impostos e os aluguéis. Esse fator associado a uma infra-estrutura implantada, acessibilidade, facilidades de transportes, água, energia e outras qualidades atrativas como a topografia do terreno e a drenagem, faz com que muitas atividades, instituições e uso da terra, antes localizados na área central, desloquem-se para essa área. As possibilidades de controle do uso da terra e as amenidades contribuem ainda mais para

a descentralização.

Assim, a cidade começa a se expandir espacialmente, ampliando cada vez mais as distâncias entre a área central e os novos bairros residenciais que surgem com o aumento populacional e o desenvolvimento econômico e pelas facilidades de meios de transporte na locomoção. Dependendo do tipo de transporte, a distância entre os bairros e o centro torna-se mais amena, reajustando-se em uma nova escala de distância.

As residências da população de renda mais elevada vão se deslocando para melhores áreas afastadas de áreas congestionadas, enquanto a população de menor renda permanece nessas áreas, aproveitando da acessibilidade e dos serviços oferecidos. Certas áreas residenciais são planejadas por grupos imobiliários para atender às demandas das classes média e alta. As empresas vinculadas às atividades terciárias descolam-se em grande número, primeiramente, para essas áreas residenciais na busca do aproveitamento do elevado poder de consumo das classes que residem nesse espaço da cidade se deslocando posteriormente, para as áreas populares. Corrêa (1989) classifica esse fenômeno como “seletividade de território”.

Já as realocações das indústrias ocorrem, preferencialmente, nas áreas populares, especialmente naquelas constituídas de grandes vias de tráfego e com ligação para outras regiões ou estados, beneficiando-se dessa forma, da acessibilidade aos mercados de consumo e de exportação, como da proximidade da força de trabalho e dos terrenos amplos e baratos. Outras pequenas e médias indústrias ficam dispersas pela cidade.

A partir de meados do século XIX, as grandes indústrias dependiam de fontes de energia hidráulica e de águas límpidas necessárias às suas diversas operações fabris, devido a isso se localizavam isoladas da cidade, mas, tendo nas proximidades as vilas operárias. Com o crescimento da cidade, esse espaço industrial constituído de produção e residência foi incorporado à cidade, tornando-se um novo subúrbio ou bairro.

Muitas indústrias já nascem na área urbana e periferia da cidade, externa à área central, principalmente aquelas modernas e de grande escala que não dependem das externalidades da área central para realizarem suas operações, já que elas próprias são suficientes para produzirem matéria-prima e bens intermediários e podem atrair a localização de outras fábricas e serviços em suas redondezas, contando ainda com a proximidade da força de trabalho. Porém, suas sedes são instaladas na área central. Desse modo, tanto as indústrias descentralizadas como as que nascem aí, como outras atividades e serviços, tornam mais complexa a organização do espaço nessa parte da cidade, formando novas

unidades de centralização, levando algumas vezes, a necessidade de novas realocações.

Assim sendo, o processo espacial de descentralização na área urbana da cidade contribui para a recentralização, ou seja, formação de vários centros com importância menor ou até mesmo réplicas da área central e de tamanhos diferenciados com distintos graus de especialização, de acordo com os interesses da população que se desloca para lá. Esses centros dependem também da densidade e do nível de renda da população de uma área de influência. Assim é que surgem os *shopping centers*, pequenos núcleos comerciais, bem como os bairros, proporcionando à população consumidora uma economia de transporte, tempo, escolha, ao mesmo tempo em que o capital produtivo e comercial é beneficiado (McKenzie, 1974; Corrêa, 1989).

### **O processo espacial de segregação: a favela e a cidade**

Uma favela é um tipo de segregação ou agrupamento de uma população que se concentrou no mesmo espaço, em função do atributo de baixa renda. A dificuldade de pagar um aluguel ou adquirir uma propriedade faz com que essa população procure locais de menor resistência na periferia da cidade, ao longo de eixos ferroviários e principais vias urbanas, nos vazios urbanos ou nas encostas de morros e áreas geomorfologicamente imprópria, criando situação de risco, ou ainda, nas proximidades de áreas onde se encontram agregadas uma população de renda mais elevada, formando um verdadeiro contraste na paisagem. Dessa forma, ocorrem assentamentos centrais de maior densidade, e periféricos de menor densidade, limitados pelas barreiras naturais e artificiais.

A favela enquanto conceito genérico pode ter uma discussão subsidiada por exemplos concretos de favelas existentes em uma cidade real como o Rio de Janeiro, na medida em que se essas favelas retratam o processo espacial de segregação com as características acima citadas, sendo também um reflexo do momento histórico. As informações decorrentes de resultados historicamente concretos, de um estudo de caso, são contribuições aprofundadas, com certas particularidades e solidificadas em fatos, podendo enriquecer as conclusões sobre o estudo de um processo de urbanização abstrato de ordem generalizada. Assim, de acordo com Magalhães (1996), ao analisar as favelas do Rio de Janeiro, com o aumento da miséria, uma "geografia" artificial começa a ser apropriada (viadutos, galerias subterrâneas), definindo novas formas de assentamento.

Para Magalhães, a favela pode se caracterizar do pequeno nucleamento até às grandes aglomerações

em áreas públicas, privadas ou devolutas. O tempo de ocupação varia de recente, consolidada e em fase de consolidação e o processo de ocupação, pode ser de forma organizada ou espontânea, isso termina por influir no padrão da ocupação, apresentando-se ordenada, irregular ou linear.

Ainda segundo Magalhães (1996, p. 45), "as condições de acesso variam de forma significativa, interferindo na apropriação do espaço e no comportamento da comunidade e sua relação com a cidade formal, conforme elas se relacionem com a via pública, ou através de servidões e enclaves". Ao exemplo das favelas do Rio de Janeiro, a existência de um "mercado de terras" dita as relações de uso, posse ou propriedade, com situações de aluguel, venda e revenda, transferência e cessão. Nas favelas de maior porte, já não se pode considerar de forma homogênea o perfil de renda.

Enquanto a população invasora disputa a ocupação do espaço, a população ao redor fica prejudicada pela falta de segurança ou pela discriminação e, ainda, pela desvalorização de seu patrimônio, acabando por vender suas propriedades e retirar-se para outros locais. Esse aspecto da segregação está ligado ao processo de invasão.

Teoricamente analisada por Rodriguês (1988), é a natureza da ocupação ilegal das terras, ou seja, as invasões de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, que distingue a favela de outros bairros locais de moradia também sem infra-estrutura. Segundo ele, os dados do IBGE mostram que 80% dos favelados moram nas regiões metropolitanas onde se concentra a produção e o preço da terra é mais elevado, o que torna ainda mais difícil o acesso de uma grande parcela dos moradores a terra e a casa. O surgimento das favelas começa a ser mais visível quando se expande o processo de industrialização-urbanização.

No entanto, para Souza (1989, 2000) a favela, é do ponto de vista de coesão, tão ou mais bairro que os bairros "comuns", mesmo apresentando diversas particularidades em comparação a esses bairros: ilegalidades da ocupação, estigmatização dos moradores etc. Conforme esse autor, a separação é normalmente institucional e fortemente calcada em preconceitos sociais.

Geralmente a favela é constituída de migrantes que deixaram suas antigas cidades ou o campo, em busca de uma vida melhor ou resultado de uma expropriação dos pequenos proprietários rurais e da super exploração da força de trabalho. Além disso, constitui-se de desempregados ou que vivem de trabalhos, de renda baixa e que apresentam baixo nível de instrução e por aqueles imbuídos pela falsa expectativa de fartura e bem estar e de grande número de empregos, apregoadas pelos meios de comunicação pelas cidades do interior, de acordo com

Rodriguês (1988). As moradias apresentam características específicas, como barracos dos mais variados graus de qualidade, utilizando-se desde o papelão até o tijolo (Castell, 1976). Não são abastecidos de infra-estrutura básica como água, energia, sistema básico de saneamento, espaço verde, transporte, ruas planejadas e asfalto, no mais, são constituídos de "becos" de traçado irregular, totalmente ausentes de acessibilidades e amenidades.

A tendência das escolas, posteriormente instaladas na favela, é apresentarem baixo nível de instrução e as unidades de saúde geralmente, não conseguem atender à demanda da população. A situação de sobrevivência na favela, propicia à violência, ao crime, ao tráfico de drogas e formação de *gangs*. Enfim, essa população apresenta tendências internas a certa homogeneidade, em termos de renda, valores, expectativas, padrões culturais e dos papéis que desempenham na sociedade pelos seus habitantes, conforme descreve Castell (1976).

Com a implantação de certas infra-estruturas e melhorias, a favela começa a mudar de aspecto e as moradias vão melhorando de qualidade, assim como pequenos comércios e serviços começam a se estabelecer nos arredores e dentro da favela. Havendo ainda espaço, essa área será ocupada e disputada por outros indivíduos que continuamente chegarão, levando à ampliação espacial ou ao aumento populacional, afetando novamente as condições de infra-estrutura e causando conflitos. E ainda, como a favela é ilegal, pode levar a uma aceitação como a remoções ou também a luta pelos direitos de concessão real de uso ou usocapião urbano, conforme Rodriguês (1988). Alguns programas, segundo esse autor, têm atuado de forma esparsa e diferentemente nas favelas de uma cidade para outra, proporcionando certa homogeneidade, no sentido de recuperar e construir habitações, promover áreas de infra-estrutura, equipamentos e financiamentos para a aquisição de lote e casa.

O oposto também pode ocorrer. Com o crescimento da cidade e a proximidade de atividades e serviços, facilidades de transportes, acessibilidades e, conseqüentemente, com a valorização da área, essa começa a ser procurada por uma classe de renda mais elevada que compra terrenos em lotes ou frações ideais de um terreno, utilizando maior espaço, e substitui as antigas moradias por outras de melhor qualidade ou constrói edifícios de apartamentos. A continuidade disso leva a classe de renda inferior a vender seus terrenos, o que lhe possibilitará adquirir um espaço melhor em um local mais distante, pois à medida que a infra-estrutura vai se estabelecendo, vão sendo acrescidas taxas de impostos e aumentado seus valores inviabiliza-se sua permanência nesse local. Assim, acontece novamente uma invasão, porém, de forma inversa, uma vez que a segregação da classe de

renda superior invade o espaço da classe de renda inferior.

Enquanto a favela apresenta um tipo de segregação específica, a cidade está organizada espacialmente em inúmeras concentrações populacionais com tipos diferentes de segregações residenciais, cujas características estão em função dos atributos de renda, língua, valores, raça, padrões culturais, etnia etc apresentando forte homogeneidade social interna, principalmente, na classe economicamente mais alta. Na classe econômica mais baixa e entre as segregações há uma forte desigualdade, expressando espacialmente as classes sociais (McKenzie, 1974; Lefévre, 1991; Moore e Smelser, 1996).

Assim, existem os bairros operários e populares, com modestas residências, as favelas com seus barracos, os conjuntos habitacionais de funcionários públicos com qualidades diferenciadas de acordo com a renda, os edifícios de apartamentos com empregados do setor terciário, os bairros luxuosos com proprietários e diretores de empresas e os bairros com população de determinada cultura, modos de vida ou crença e ainda por ciclo de vida.

Estudos mostram a tendência de que em determinadas segregações, nas quais as habitações é essencialmente em forma de aluguel, a taxa de ocupação é aumentada gradativamente por jovens casais operários ou trabalhadores com filhos pequenos, enquanto nas segregações onde os habitantes são proprietários, constituídos de executivos ou profissionais liberais, com idade mais elevada, a taxa de ocupação tende a diminuir e os filhos apresentam idade mais bem distribuída.

As segregações na organização do espaço da cidade, na visão de Castell (1976) e Lefévre (1991), envolvem determinações econômicas, políticas e ideológicas e ainda despovoação geral dos grandes centros urbanos, em função da transformação desses em centros de negócios. E assim que segregações podem ocorrer pela opção de escolha dos melhores locais, de acordo com sua capacidade de renda e/ou nível cultural ou por necessidade involuntariamente imposta. Podem ocorrer também devido a influências políticas e a intervenção do Estado, direta ou indiretamente, na forma de estímulos e estratégias, por projetos e infra-estrutura para separar determinadas classes sociais, ou usos da terra, ou mesmo atividades.

Podem ser também totalmente planejadas, a exemplo da criação de uma zona burguesa e de outra trabalhadora. Conjuntos habitacionais são financiados e construídos distintamente em termos de qualidade, infra-estrutura, preço do terreno e de acessibilidade e amenidades para a classe baixa e a média em seus respectivos setores, enquanto, segundo Corrêa (1989), a classe alta se estabelece nos melhores lugares e de

solos mais valorizados, desfrutando de melhores amenidades, acessibilidade, infra-estrutura e segurança. Entretanto, a atuação e especulação imobiliária podem fazer com que a distribuição residencial em determinados locais na cidade não apresente forte caráter de segregação. Souza (1996) chama de auto-segregação os condomínios exclusivos, os quais os de renda elevada apresentam amenidades naturais e cênicas, *status* e exclusividade, sendo o fator segurança a forte atração de se viver em condomínios.

Já as favelas, segundo Souza, que são espaços segregados e negligenciados pelo poder público, apresentando estrutura espacial labiríntica, com ruelas estreitas e alta densidade de população, terminam por servir de proteção para os criminosos e de pontos de apoio e refúgios ideais, tendo para os traficantes, a população favelada como escudo humano.

Quanto maior a distância diferencial da renda, maior será o diferencial de infra-estrutura, serviços educacionais, áreas verdes, criminalidade, hábitos de consumo, valores, estado de consciência etc, presentes nas segregações da cidade. A diferenciação residencial produz comunidades distintas, com valores próprios do grupo ligados à moral, lingüístico, cognitivo, adquiridos pela forma como o indivíduo luta para viver. Logo, a estabilidade de um bairro e do seu sistema de valores pode levar à reprodução e à permanência de grupos sociais dentro de determinadas estruturas sociais.

Segundo Ribeiro (2001), a dinâmica da apropriação dos recursos urbanos que se trata de bens de consumo coletivo (equipamentos e serviços urbanos) incidindo sobre a qualidade de vida das pessoas e sobre as possibilidades de auferir renda monetária, pela mobilidade da população entre locais de residência e trabalho (processo de rotina), resulta a divisão social do espaço chamada de segregação urbana.

Usando como exemplo o Rio de Janeiro, de acordo com esse autor, na metrópole, o espaço é fortemente estruturado segundo a hierarquia sócio-ocupacional, expressando a forte relação entre estrutura social e divisão espacial, ou seja, organizado conforme as distâncias sociais presentes na estrutura produtiva e no mercado de trabalho. Já na cidade carioca, o seu principal traço é a combinação entre distância social, expressa pelas gritantes diferenças da estrutura social e das condições urbanas e a forte proximidade territorial entre as favelas e os bairros que formam as áreas superiores da cidade.

No Rio de Janeiro, a segregação permite a acessibilidade dos favelados aos recursos urbanos concentrados nas áreas superiores da cidade e a fontes de emprego e renda, enquanto nas outras cidades, a exemplo de Buenos Aires, Santiago do Chile, Chicago e tantas outras, a favela foi totalmente

isolada, territorial e simbolicamente. Segundo Lago (2000), o crescimento da população favelada no Rio de Janeiro, no que se refere aos seus conteúdos sociais, foi acompanhado pela crescente diferenciação das favelas. As localizadas na zona suburbana, devido ao número significativo de trabalhadores da indústria de transformação, assemelham-se a "bairros operários", enquanto as demais, cujos moradores apresentavam um perfil ocupacional mais diversificado, ligado predominantemente aos setores de serviço e comércio, caracterizavam-se como "bairros populares".

É na organização e estruturação da cidade que o processo de segregação residencial se insere ocupando os espaços do núcleo, periferia imediata, intermediária e distante e, afirmado por Lago (2000), se faz presente os efeitos do mercado fundiário e a intervenção do Estado. Para essa autora, a desigual distribuição espacial dos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos coletivos, consequência da maior capacidade política, é a mediadora das segregações residenciais na cidade tendendo sempre a aumentar a renda monetária e real dos estratos superiores da sociedade e, contrariamente, a diminuir as dos inferiores.

Analisando teoricamente, Corrêa (1989) assevera que a segregação na cidade é dinâmica envolvendo espaço e tempo, onde uma área social pode ser habitada por um grupo social em um momento e, em outro, por outro grupo de *status* inferior ou superior, pelo processo e renovação urbana, implicando desse modo no processo de invasão-sucessão.

A mobilidade espacial é um importante componente na dinâmica urbana e nas segregações da cidade, como nas alterações da estrutura espacial e social dos países centrais e periféricos. Os movimentos migratórios em direção aos centros urbanos e o processo espacial de descentralização de atividades provocou a segregação de baixa renda na zona periférica do centro e o abandono pela população de alto *status*. A dinâmica espacial da segregação gerou novos bairros pelos grupos de alto *status* e novas áreas sociais, segregadas e dotadas de "novos estilos de vidas", incentivadas pelos interesses fundiários e imobiliários. As favelas e a periferia da cidade transformaram-se em receptáculo e/ou local de realocação de migrantes das antigas periferias da cidade, agora valorizadas com o valor do solo elevado, das áreas centrais e das zonas rurais e pequenas cidades.

Para Harvey *apud* Corrêa (1989, p. 61), a estruturação de classes na segunda metade do século XX, que apresenta um diferencial de renda nos grupos, vem da relação entre capital e trabalho, como das forças do passado de modos de produção ou do contato geográfico entre um modo de produção dominante e outro subordinado e, ainda, de "forças

derivativas que emergem devido a necessidades de preservar os processos de acumulação de capital através da inovação tecnológica e mudanças na organização social". Essas forças geram, em termos de grupo, uma fragmentação da classe capitalista e proletária, classes distintas de consumo e a manifestação de uma classe média não totalmente homogênea.

### Considerações finais

Ao exemplificar os processos espaciais, esses, apresentam-se associados às formas. Desse modo, as formas dão o testemunho dos processos e não podem ser dissociados. Porém, formas iguais podem surgir de processos diferentes.

E ainda, os processos espaciais apresentam comportamentos e respostas distintas com novos conteúdos quando analisados entre diferentes escalas.

O processo de descentralização apresenta a área central, constituída de núcleo e zona periférica do centro, como o local de maior concentração de atividades e de serviços. O processo espacial atua no deslocamento de atividades, funções e uso para o restante da cidade, devido especialmente ao valor elevado do solo e dos impostos e ao congestionamento que afeta a acessibilidade. Já no restante da cidade, a descentralização se dá especialmente pela existência de atrações e peculiaridades do sítio urbano, valor baixo do solo e dos impostos, presença de espaços vazios, sistema de transporte e nível de renda da população. Assim, as atividades e determinados usos, antes localizados na área central, agora se expandem e se realocizam pela cidade, criando funções e tornando esse espaço complexo.

O processo de segregação na favela se dá especialmente pelo atributo de renda baixa, formada pela população migrante de pequenas cidades ou do campo, desempregados ou trabalhadores com salário baixo e baixo nível de instrução. Esse processo espacial muitas vezes, se dá associado ao processo de invasão, formando aglomerações em áreas públicas, privadas ou devolutas com assentamentos, centrais ou periféricos, em uma ocupação ilegal das terras. A favela é desprovida de amenidades e acessibilidade com infra-estrutura precária e a natureza das residências é também precária. Já a segregação na cidade envolve uma distribuição de inúmeras concentrações populacionais com diferentes tipos de segregações residenciais em função dos atributos de renda, língua, valores, padrões culturais etc. As segregações na cidade podem ser resultados de determinações econômicas, políticas, intervenção do Estado, ideológicas e de planejamentos.

A abordagem teórico-metodológica abordada é importante no sentido de avaliar e comprovar o que

na prática acontece dando margens a críticas, reformulações ou complementos de conceitos estabelecidos, além de levar o leitor à compreensão desses processos, estimulando-o na investigação de medidas de transformação ou soluções que poderiam resolver ou amenizar determinados problemas ou situações decorrentes desses processos.

### Referências

- CASTRO, I.E. O Problema da Escala. In: CASTRO, I.E. de. *et al.* (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CASTELL, S.S.M. *La Cuestion Urbana*. Trad. de Irene C. Olivón Siglo Veinteuno. Buenos Ayres: Editores S.A. 1976.
- COLBY, C.C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. In: MAYER, H.; KOHN, C.F. (Org.). *Readings in urban geography*. Annals of the Association of American Geographers. 1933. p. 23 -33.
- CORRÊA, R.L. *O espaço urbano*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989.
- CORRÊA, R.L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- LAGO, L.C. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*, Rio de Janeiro: Revan: Fase. 2000.
- LEFÉBVRE, H. *O direito à cidade*. Trad. de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.
- MAGALHÃES, S.F. Ocupação e conformação espacial das favelas do Rio. In: DUARTE, C.R. *et al.* (Org.). *Favela, um bairro. Propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro*. São Paulo: Pro-Editores. Copright. Grupo Habitat, 1996.
- MCKENZIE, R.D. El Ámbito de la Ecología Humana. In: THEODORSON G.A. (Ed.). *Estudios de ecología humana*. Barcelona: Editora Labor, AS. v. 1, p. 57-68, 1974.
- MOORE W.E.; SMELSER N.J. *Modernization of traditional societies*. Séries. INC. Englewood Cliffs: Prentice-Hall. 1996.
- RACINE, J.B. *et al.* Escala e ação, contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da geografia. *Rev. Bras. Geog.*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, 1983.
- RIBEIRO, L.C.Q. Segregação, desigualdade e habitação: A metrópole do Rio de Janeiro. In: Ética, planejamento e construção demográfica do espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR-RJ. 9., 2001, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Assoc. Nac. Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Ambiental. v. 2, p. 944-958.
- RODRIGUES, M.A. *Moradias nas cidades brasileiras*. Revisão: Rosa Cardoso e Cândida M.V. Pereira. Coleção Repensando a Geografia. São Paulo: Contexto Edusp, 1988.
- PEREIRA, M.V. *Coleção repensando a geografia*. São Paulo: Contexto Edusp, 1988.
- SOUZA, M.L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Rev. Bras. Geog.*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 1989.
- SOUZA, M.L. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.

SOUZA, M.L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

*Received on November 04, 2004.*

*Accepted on September 28, 2005.*